

AJUDA EXTERNA: Economistas elogiam o socorro preventivo do FMI e a participação dos países ricos no empréstimo ao país

Acordo não livra o Brasil da recessão

Aquecimento da economia dependerá da volta das linhas de crédito externo e da redução dos juros

Ana Branco/7-10-97

Flávia Oliveira

• O compromisso firmado pelo Governo brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) traz o ineditismo do socorro preventivo e o reconhecimento da crise financeira mundial pelos países mais importantes do planeta. Carrega também a promessa de cumprimento do ajuste fiscal e a esperança de que o crédito externo seja reaberto o mais depressa possível. Mas nada disso afasta o fantasma da recessão, que continuará assombrando a economia nacional até o primeiro trimestre de 1999.

Foram essas as impressões iniciais de economistas brasileiros sobre o Memorando de Política Econômica, divulgado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Fernando Ribeiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ressalta a importância de o acordo estar sendo firmado quando as reservas do país Brasil ultrapassam US\$ 40 bilhões:

México e Ásia tinham reservas zeradas quando foram ao FMI

— Isso nos diferencia de México, Tailândia, Coréia do Sul, Indonésia e Rússia, que tinham reservas próximas de zero quando recorreram ao Fundo. Esse acordo é preventivo e fundamental para evitarmos a mesma situação.

Outro bom indicador foi a par-

ticipação do G-10 (o grupo dos dez países mais ricos do mundo) que, para Ribeiro, confirma a importância do Brasil na economia mundial. Carlos Langoni — que, em 1983, negociou com o FMI como presidente do Banco Central — engrossa o coro:

— A entrada do G-10 formaliza a existência de uma crise global.

Mercadante alerta para o aumento da dívida externa

Já Aloízio Mercadante, economista e deputado federal eleito pelo PT-SP, diz que o empréstimo põe o Brasil nas mãos dos credores externos, uma vez que o país terá de cumprir as metas acertadas com o FMI para ter acesso aos recursos. Mercadante alerta ainda para o crescimento da dívida externa do Governo:

— Nos últimos anos, vínhamos convivendo com a privatização dos créditos externos. Agora, o Governo volta a se endividar para proteger o capital privado, seja via acordo com o FMI, seja através da emissão de títulos corrigidos pelo dólar. Estão novamente socializando prejuízos.

A lógica predominante, contudo, é de que o acordo internacional somado às medidas de ajuste fiscal trarão de volta a credibilidade que o país perdeu. Com ela, voltarão as linhas de crédito que viabilizam as exportações, a redução dos juros (ou do prêmio de



LANGONI, ex-presidente do BC: "A entrada do G-10 formaliza a crise global"

risco dos investidores) e, conseqüentemente, a retomada da atividade econômica.

— Se o país mostrar firmeza e apresentar bons resultados no ajuste, a situação vai melhorar. Nesse aspecto, a presença do "vigilante internacional" é até positiva, porque cumprimos metas

que deveríamos ter realizado há muito tempo — salienta o economista Aloísio Campelo, da Fundação Getúlio Vargas.

Langoni também vê aspectos positivos no fato de o Brasil ser acompanhado pelo Fundo. Para ele, isso aumenta a responsabilidade do Governo, que já deixou

de cumprir mais de um compromisso de redução do déficit público. O último deles, anunciado em novembro de 1997, poderia ter livrado o país da crise atual.

— Temos que recuperar um hiato de credibilidade que surgiu de fracassos anteriores. O não cumprimento das metas implicará numa recessão profunda e duradoura, com conseqüências políticas e sociais dramáticas — diz o ex-presidente do BC.

Empréstimo cobre necessidade de financiamento do país

O empréstimo de US\$ 41 bilhões, para os especialistas, é mais do que suficiente para atender às necessidades de financiamento do país em 1999. Mesmo que os empréstimos bancários não sejam reabertos de imediato, o país terá dólares suficientes para honrar as dívidas pública e privada. O deputado federal Francisco Dornelles (PPB-RJ) — que foi ministro da Fazenda em 1985, durante a crise da dívida — acredita que o acordo funcionará como um sinal verde para trazer de volta os investidores internacionais. Menos otimista, Fernando Ribeiro, do Ipea, prevê que o processo será mais demorado:

— Não será como em 97. Recuperaremos o crédito de forma gradual, mas sólida. ■

COLABOROU Érica Fraga